

Entrevista com o Professor Doutor Javier Alberto Vadell (PUC-Minas)¹

1) O senhor poderia descrever sua trajetória acadêmica e profissional?

Sou formado em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de Rosário, Argentina. Em começos da década de 1990 surgiu a oportunidade para fazer Mestrado em Ciência Política em Campinas, na Unicamp, onde também fiz Doutorado em Ciências Sociais. A minha preocupação nas pesquisas de doutorado foi o surgimento e fortalecimento das ideias neoliberais econômicas no plano teórico e no programa político aplicado no caso específico argentino. O 'regresso' para as relações internacionais se deu de maneira natural, a partir de algumas pesquisas e das minhas primeiras experiências docentes. Em 2002, ano de conclusão de meu doutorado, tive a oportunidade de migrar para Belo Horizonte para trabalhar no Curso de Relações Internacionais, que logo se consolidou como uma referência no Brasil. Com um grupo de colegas e trabalho árduo conseguimos estruturar um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*. Em 2011 foi criado o Doutorado em Relações Internacionais.

2) Como surgiu o interesse pelo estudo e pesquisa em América latina, regionalismo e política internacional?

De fato essas inquietações estão presentes desde a minha época de estudante. Tentar compreender a minha região, meu país e o Brasil, a sociedade que me acolheu com tanto carinho e onde formei uma família. Eu sou um convencido que nosso pensamento latino-americano deve criar as bases teóricas e empíricas para resgatar e recriar escolas de pensamento para compreender a nossa realidade. Por essa razão, embora com algumas diferenças e levando em consideração os contextos históricos, devemos resgatar o pensamento Cepalino, as figuras de Raúl Prebisch e Celso Furtado, as diferentes vertentes da teoria dependentista e da autonomia, cujo representante é

¹ Possui graduação em Licenciatura em Relações Internacionais - Universidad Nacional de Rosario (1989), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é professor adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professor visitante da Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Líder do Grupo de Pesquisa das Potências Médias. Bolsista de Produtividade em Pesquisa no CNPq, nível 2. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos Regionais; América do Sul; Neoliberalismo; relação Brasil-Argentina; Mercosul; Desenvolvimento da China e Relação China-América Latina.



ENTREVISTA PROFESSOR JAVIER A. VADELL

o Juan Carlos Puig, já que constituem as sementes das teorias de relações internacionais surgidas na América Latina.

3) No início do século XXI a América Latina, principalmente a América do Sul passou por importantes mudanças políticas, econômicas e sociais. Este processo de mudança na região ainda está em marcha? Existem novos acontecimentos capazes de modificar a política internacional da América do Sul?

De fato o ano 2001 foi crucial, já que um conjunto de fatores afetaram de maneira dramática a geopolítica e a geoeconomia mundial. Especificamente na nossa região, a crise econômica e o colapso da Argentina foi um caso paradigmático. Ela foi a mostra do fracasso das políticas do Consenso de Washington (CW), colocando em xeque a ideologia neoliberal. Desde o ponto de vista empírico, a queda nos indicadores socioeconômicos – maior desemprego, crescimento absurdo da pobreza, maior desigualdade e economia nacional falida –, desde o ponto de vista das ideias, o caso argentino mostra as debilidades das crenças baseadas no livre mercado como melhor instituição para alocar os recursos de uma sociedade. A crise econômica teve repercussões políticas em toda a região e, embora tentou-se isolar o caso argentino, se alastrou de maneira perigosa para o Brasil, Bolívia, Uruguai, etc. No caso brasileiro, o FMI teve que agir para evitar o contágio. Mas, nesse mesmo ano aconteceram os ataques terroristas do 11/09 nos EUA que deram um outro impulso à dinâmica da política internacional contemporânea. A consequência imediata foram as guerras no Afeganistão e no Iraque liderada pelos EUA. A partir desse momento, a importância geopolítica da América Latina passa a ter ainda menos relevância para os interesses estratégicos globais dos EUA. Não obstante, no plano geoeconômico, a partir de 2002, a região começa gradualmente a se recuperar devido a dois fatores: 1) O Crescimento da economia mundial impulsionada por uma política de juros muito baixos por parte dos EUA; 2) A política de *'going out'* da República Popular da China (RPC) após o ingresso desse país na OMC, que reflete, em grande medida, a sua dependência por recursos energéticos, naturais e outras commodities. A China tornou-se, em dez anos aproximadamente, um parceiro comercial crucial para os países da América do Sul – no caso do Brasil a partir de 2009 o principal parceiro – configurando um renovado tipo de dependência, embora aparecendo como uma nova opção frente aos constrangimentos e condições que as instituições financeiras internacionais (IFI) impunham aos governos da região durante os anos do CW.



4) Atualmente muitas discussões acerca da Aliança do Pacífico e a sua importância para o comércio e articulação entre seus membros estão sendo lançadas. Contudo, verifica-se nesta mesma discussão, alguns comentários sobre a influência que esta nova iniciativa poderia trazer para o contexto comercial e político latino-americano. Quais seriam os desdobramentos e como os países da região estão se posicionando frente a esta aliança?

Estamos presenciando os desdobramentos de uma crise econômica que se manifestam em diferentes esferas do sistema internacional: social, econômico e institucional, incluindo o plano da integração econômica e política entre os Estados. Observemos o caso da União Europeia (UE) e a crise do Euro. Ela está desnudando problemas de assimetrias históricas entre os países membros da UE. Qual é a solução proposta para os países endividados: Grécia, Portugal, Espanha, etc.? Receitas que pareciam enterradas, similares às do Consenso de Washington. Isto é, medidas de austeridade monitoradas rigidamente pela Troika (a Comissão Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu) controladas pela Alemanha e pelo segmento da classe financeira do continente. Nesse cenário global, se a UE está em crise, o que fica para o Mercosul? O Mercosul nasce a partir de acordos bilaterais entre Argentina e Brasil, na década de 1980, com grandes expectativas, cuja inspiração é a própria UE, isto é, um mercado comum. Em contrapartida, a Aliança do Pacífico surge no atual contexto de crise, sem praticamente nenhuma expectativa social, emancipatória ou econômica. Seu objetivo é o mesmo acordo em si, seu discurso é liberalizar as respectivas economias, que de fato já estão liberalizadas. Em outros termos, a Aliança é a afirmação do *status quo*. Por essa razão, trata-se de uma proposta muito simpática para o mundo dos negócios, muito propagandeada na grande mídia. Trata-se de um acordo entre quatro países que têm Tratados de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos. Três deles (Chile, Peru e a Colômbia) exportadores de produtos de baixo valor agregado e commodities, que não possuem setores industriais importantes. No caso da Colômbia, o recente conflito com os produtores agropecuários está mostrando não só conflitos históricos, mas desdobramentos negativos para esses setores que devem competir com produtores agropecuários subsidiados dos EUA. México, um país que orientou a sua indústria a partir das cadeias produtivas com os Estados Unidos e, em parte, com a China (fato que está ocasionando sérios conflitos na indústria mexicana). A maioria de seu parque industrial é composto por maquiladoras (empresas dos EUA produzindo no México para o mercado estadunidense no marco do Acordo NAFTA). Além disso, o México está cada vez mais conectado com outras cadeias produtivas globais de drogas ilegais orientadas, em grande medida, ao mercado estadunidense. A escalada de violência e criminalidade ligada ao narcotráfico e as dificuldades das suas autoridades para resolver esse problema estão destruindo o tecido social desse país. Em resumidas contas, o modelo da Aliança do Pacífico e os estilos de desenvolvimento desses quatro países estão longe de ser um padrão válido para o Brasil e para o Mercosul, embora a



ENTREVISTA PROFESSOR JAVIER A. VADELL

grande mídia apresente a Aliança como o futuro da América Latina. A Aliança do Pacífico se adapta muito bem para países exportadores de commodities e recursos energéticos, sem expectativas de modelos de desenvolvimento alternativos. O Brasil, maior país industrial da região, deverá procurar seu próprio caminho, orientar e liderar o Mercosul, explorando as potencialidades cooperativas entre seus vizinhos, visando a um desenvolvimento equitativo.

5) Ainda no cenário Latino-americano: a China possui capacidade de influenciar diretamente a região? É possível lançar alguma perspectiva em relação às ações de cooperação internacional, política e comércio da China para a região?

Evidentemente que a República Popular da China possui capacidade de influenciar os países da região de uma forma sem precedentes, embora seja fundamentalmente da esfera econômica. A China virou em menos de 10 anos no principal parceiro comercial da América do Sul, concorrendo diretamente com os Estados Unidos. O caso do Brasil é paradigmático. Em 2009 virou o parceiro comercial número um e parece que isso vai perdurar por muito tempo. A influência da China faz-se sentir também nos processos de integração, fato que fortalece o projeto dos países que apostam nos tratados de livre comércio (TLCs), a maioria exportadores de commodities. A China virou o principal parceiro comercial do Chile e o segundo do Peru, com perspectivas de vir a ser o primeiro no curto prazo. A evolução destas parcerias com os países da região, que fogem do padrão de cooperação Sul-Sul, é o crescente grau de dependência de nossas economias exportadoras do gigante asiático, dependência que se aprofunda sob um esquema de inserção internacional que eu denomino como “Consenso Asiático”, ou “Consenso do Pacífico”, que funciona como uma rede de poder global (*network power*) do estilo Centro-Periferia. Essa rede substituiu o Consenso de Washington, mas não foge dos padrões ideológicos neoliberais, agora revisitados.

6) O Brasil está construindo uma agenda latino-americana ou há uma prevalência nas pautas vinculadas ao horizonte sul-americano? Qual o interesse do país nessa reconstrução de espaços de atuação e liderança?

Há muita controvérsia na academia em relação ao papel do Brasil no âmbito regional e no âmbito global. Um grupo de colegas sustenta que o papel do Brasil como *global player* requer a consolidação de um forte protagonismo regional ou uma liderança regional. Em outras palavras, para se projetar internacionalmente, o Brasil precisaria se consolidar como líder/hegemon regional. Outro conjunto de analistas não vê a região – América do Sul – como um empecilho para a projeção global brasileira, especificamente no que tange à inserção comercial do país. O ponto é que a América do Sul se tornou uma prioridade na política externa brasileira, desde o ponto de vista econômico e político. Esse fato, eu acho, chegou para ficar. Não obstante, a controvérsia continuará em torno das estratégias que o Brasil deverá implementar para



ENTREVISTA PROFESSOR JAVIER A. VADELL

lidar com essa realidade. Desde 2001, a internacionalização das empresas brasileiras tem se beneficiado muito das boas relações com os vizinhos, a balança comercial de Brasil é superavitária com os países da região e o comércio tem crescido de maneira substantiva. Isso, logicamente, criou atritos e rispidezes normais derivadas dessa maior interdependência, fato que incrementa a responsabilidade do país visando à promoção da integração e à manutenção da América do Sul como uma zona de paz. Isto é, adicionalmente, o Brasil tem cada vez mais graus de responsabilidade no que concerne à segurança regional. Nesse sentido, toda agenda de governo passará necessariamente pelo bom relacionamento com a Argentina. Isso foi entendido desde a década de 1970, ainda sob a ditadura. Essa característica da política externa brasileira foi e será crucial para poder se pensar a região. Os acordos Sarney-Alfonsín, o projeto do Mercosul e, posteriormente, a UNASUL têm que ser entendidos como parte da agenda de Estado do Brasil para a região. Desta maneira, eu acredito que o Brasil deverá exorcizar alguns fantasmas de isolacionismo regional do passado, aquele entendido como: não se envolver com os países hispânicos que só criam distúrbios e complicações para o Brasil e seriam um entrave para que o país possa se inserir (fazer negócios) no mundo com as grandes potências. Essa narrativa encaixava perfeitamente com o espírito do século XIX, quando o Brasil se relacionava comercial e culturalmente com o mundo ocidental desenvolvido, condicionado periféricamente como exportador de matérias primas. É engraçado observar nos dias de hoje um discurso anti-Mercosul com os mesmos argumentos, colocando os exemplos de Chile e o Peru como modelos de inserção internacional. É um discurso que se apresenta como modernizador, embora saudosista de um passado agroexportador.

No que concerne à liderança regional, isso é um verdadeiro problema para o Brasil. A liderança deve ser entendida, sobretudo, como um composto complexo de consenso/coerção, um conjunto de políticas de Brasil para a região que deveriam ser vistas pelos 'seguidores' como atendendo também aos interesses deles. Em outros termos, para ser líder não basta só ser o maior país da América do Sul em território, economia, população e forças armadas. O Brasil tem que arcar com certos custos que parece não estar disposto a fazê-lo. As razões são variadas, mas uma delas é: qual é o grau de legitimidade doméstica que o Brasil teria para levar a cabo essas tarefas? E a resposta é: muito pouca. Embora estejamos falando do Brasil como o maior país, ele possui imensas dívidas sociais e está abaixo, por exemplo, da Argentina e do Uruguai no Mercosul no que respeita a indicadores sociais e educativos.

Muitos analistas tinham falado que a morte de Hugo Chávez abriria o terreno para uma maior liderança brasileira na América do Sul. Eu, no seu momento, afirmava o contrário. Isto é, que a ausência de Chávez iria ser contraproducente e o Brasil daria um pouco as costas para a região. Nesse sentido, a política externa da presidenta Dilma está me dando a razão.



7) É correto avaliar que a diplomacia do governo Dilma deverá ficar marcada por uma diminuição do protagonismo do Brasil em temas da alta política internacional? Isso é fruto de uma reorientação da atuação brasileira devido a fatores domésticos e externos? Em sua opinião, o Itamaraty sofreu um esvaziamento no atual governo?

Eu não vejo que a diplomacia do governo Dilma esteja marcada por uma diminuição do protagonismo do Brasil. O papel do Brasil no G20 financeiro, a consolidação do fórum BRICS e a eleição de Roberto Azevedo como Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostram carta de sucesso do Governo Dilma. A tentativa de mediar o conflito iraniano junto à Turquia no âmbito do Conselho de Segurança, aparentemente sem o aval das grandes potências e, especialmente, dos Estados Unidos, pode ser lido como um indicador de fracasso na 'alta política'. Embora nós podemos fazer uma leitura de um limite atingido e um enquadramento baseado na realidade do poder global hoje existente. De qualquer maneira, o maior desafio hoje é não só participar ativamente nas instituições internacionais e nos fóruns como o BRICS e o G20, como desenhar uma estratégia de longo prazo frente à nova realidade econômica global, e quando falo isso me refiro especificamente à China. Celso Amorim, após o término do mandato do presidente Lula, reconheceu publicamente, como autocrítica, que a política externa brasileira não tem uma estratégia para lidar com a China. Acho que essa autocrítica vale para o governo Dilma. Esse ponto tem interseção com a política regional e global e, talvez, essa estratégia seja muito mais consistente se se pensar e desenhar junto com os parceiros do Mercosul, especialmente com a Argentina.

Finalmente, um ponto crucial. O que pode ser entendido como 'alta política' hoje para o Brasil, principal país de um subcontinente desnuclearizado e sem ameaças de guerra com os vizinhos, talvez não seja uma prioridade para a política externa. É um ponto para a reflexão. O termo 'alta política' oculta uma ampla complexidade de relações que não necessariamente expressam os interesses nacionais. É neste ponto que questões como desenvolvimento, meio ambiente, educação e diminuição de pobreza e desigualdades entram na pauta e adquirem o qualificativo, muitas vezes enviesado de 'alta política'.



8) No último congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), realizado no mês de julho deste ano, o senhor foi eleito coordenador do fórum de editores da associação. Como o senhor enxerga a produção científica na área de relações internacionais no Brasil? É possível fazer um breve balanço dos periódicos científicos da área?

É verdade. Com muita honra fui escolhido o Coordenador do Fórum, embora minha tarefa como editor de uma revista seja muito recente. De fato estou numa fase de aprendizado e estudo permanente graças a meus colegas editores. Devo agradecer também aos ex-coordenadores: Antônio Carlos Lessa e Kai Kenkel (editores da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI – e da Contexto Internacional, respectivamente) que se dispuseram sempre a ajudar e cooperar passando seus conhecimentos e experiências para todos nós.

Eu vejo com muito otimismo o crescimento da produção científica na área de Relações Internacionais no Brasil. Essa tendência é um reflexo direto do fortalecimento da área no país. Pelo lado da oferta, isto é, de fornecer os meios adequados para que essa produção seja canalizada e divulgada, estamos observando respostas muito interessantes por parte de diversas instituições de ensino e pesquisa em RI na criação Periódicos acadêmicos, ou no fortalecimento e internacionalização dos já existentes. É possível fazer um balanço das publicações brevemente sim. Temos somente duas revistas Qualis 'A' na avaliação da Capes, embora houve um crescimento substantivo de Periódicos que estão no Qualis 'B'. O Departamento de Relações Internacionais da Puc Minas tem feito um esforço com o intuito de modernizar e reestruturar as suas publicações. Agora possuímos 3 publicações: A tradicional Revista Fronteira, espaço de publicação para alunos da graduação e de iniciação científica; a Revista Conjuntura Internacional, orientada a pesquisas de maior fôlego e análises de conjuntura; e o novo Periódico Estudos Internacionais. No Brasil, têm surgido nos últimos anos as seguintes revistas: Conjuntura Austral e Austral (UFRGS), Monções (UFGD), A Mural Internacional (UERJ), o Brazilian Journal of international Relations (UNESP), A Revista de Estudos Internacionais – REI – (UEPB), Revista do Instituto Mercosul de Estudos Avançados IMEA (UNILA), Meridiano 47 (UNB), Revista Brasileira de Estudos Estratégicos (UFF). Essas realizações são um reflexo do crescimento da nossa comunidade acadêmica, de esforços de editores e instituições e um sinal muito interessante das amplas possibilidades para a pesquisa em Relações Internacionais no Brasil.